



MINISTÉRIO DA
CULTURA



FUNДАРPE
FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE
PERNAMBUCO

Secretaria
de Cultura



Fundação
Joaquim
Nabuco



UPE
UNIVERSIDADE
DE PERNAMBUCO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
CURSO DE FORMAÇÃO DE GESTORES CULTURAIS DOS ESTADOS DO
NORDESTE**

GLAUCE MARGARIDA DA HORA MEDEIROS

**A PARTICIPAÇÃO DO RURAL NO FUNCULTURA GERAL
2013/2014**

Recife
2016

GLAUCE MARGARIDA DA HORA MEDEIROS

**A PARTICIPAÇÃO DO RURAL NO FUNCULTURA GERAL
2013/2014**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste, promovido pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia, em parceria com o Ministério da Cultura, a Fundação Joaquim Nabuco, a Universidade de Pernambuco e a Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco, como requisito para obtenção do Certificado do Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Cultural.

Orientador: Prof. Marcos Valença

Recife
2016

GLAUCE MARGARIDA DA HORA MEDEIROS

**A PARTICIPAÇÃO DO RURAL NO FUNCULTURA GERAL
2013/2014**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do Certificado do Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Cultural.

Aprovado em 16 de dezembro de 2016.

Dedico esta monografia aos mestres e mestras que contribuíram com essa etapa da minha formação e aos e as colegas que caminharam junto comigo por esta estrada.

AGRADECIMENTOS

A Secretaria de Cultura do estado de Pernambuco nas Pessoas do Senhor Secretário, Marcelino Granja, e da Senhora Secretária Executiva, Silvana Meireles.

A Fundação de Cultura e Patrimônio Histórico de Pernambuco – FUNDARPE – nas pessoas da Presidenta, Senhora Márcia Souto, e da Vice-Presidenta, Senhora Antonieta Trindade

A todos e todas os e as profissionais que compõem a Superintendência do FUNCULTURA

A todo corpo docente deste Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Cultural

Ao meu querido orientador, Professor Dr. Marcos Valença

A minha família pela paciência e colaboração.

Fora Temer!! Volta democracia!

MEDEIROS, Glauce. **Título:** A Participação do Rural no FUNCULTURA Geral 2013/2014. () p. il. 2016. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Cultural) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

RESUMO

Este é um estudo sobre a Participação do Rural no FUNCULTURA, a partir da análise dos projetos selecionados e executados no Edital FUNCULTURA Geral 2013/2014. As políticas públicas voltadas ao mundo (a partir de 2002) dotaram de infraestrutura o mundo rural e passaram a reconhecer como categoriais sociais pertencentes a ele outras categorias para além do agricultor familiar (quilombolas, pescadores, indígenas, ribeirinhos etc.). O mundo rural segue se reconfigurando com a inserção de atividades econômicas que não se relacionam apenas com trabalhos agrícolas, essas atividades não agrícolas do meio rural, remuneradas ou não, são denominadas de novas ruralidades. A produção cultural é uma das atividades não agrícolas executada em qualquer cidade do Estado. Contudo, analisamos o FUNCULTURA, que mesmo se tratando de uma política pública democrática e que busca ser inclusiva, ainda não expressa a pluralidade de nossa gente. A democracia cultural está implícita na construção de mecanismos e dispositivos de inclusão das minorias políticas.

Palavras Chave: FUNCULTURA. Novas Ruralidades. Políticas Públicas. Cultura.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO _____	12
2	RURAL, RURALIDADES E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ___	13
3	FUNCULTURA, POLITICAS PÚBLICAS CULTURAIS E INCENTIVO _	15
4	A PARTICIPAÇÃO DO RURAL NO FUNCULTURA _____	18
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	21
6	REFERÊNCIAS	

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo se propõe a identificar a participação do rural no Funcultura a partir de uma análise documental dos projetos aprovados e executados através do Edital Funcultura Geral 2013/2014.

Sabe-se que a diversidade de expressões culturais do Brasil é uma de suas maiores riquezas de sua gente. Fruto das tradições e da criatividade de seu povo, a diversidade cultural brasileira é considerada uma das maiores do mundo. Celebrada, vivenciada e difundida por gestores, produtores, fazedores e consumidores da cultura brasileira, ela é elemento essencial na construção da identidade nacional, e, sobretudo, de uma sociedade mais inclusiva.

Atuando profissionalmente no Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (FUNCULTURA), da Fundação de Cultura e Patrimônio Histórico de Pernambuco – (FUNDARPE), manuseando os projetos do FUNCULTURA, observa-se a pouca inserção das populações rurais.

O debate sobre a sub-representação de alguns segmentos e populações nos mecanismos de incentivo à cultura tem sido pautado principalmente quando se expressa, nos resultados finais, a concentração de projetos e produtores contemplados nos grandes centros metropolitanos, e, na maioria das vezes, resumido a cotas ou não cotas. Acredita-se que a ausência de dados concretos sobre a real inserção desses sujeitos nesse tipo de mecanismos dificulta a realização de uma análise mais aprofundada, e, conseqüentemente, impede a avaliação e proposição de alternativas que possam contribuir com uma maior inclusão.

Em Pernambuco, o Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura – Funcultura – criado em 2003, é o principal mecanismo de fomento às artes do Estado, esta é uma política pública de Estado que há 15 (quinze) anos induz a produção cultural independente, financiando diretamente os projetos artísticos e culturais por meio de seleção pública fomentando as várias linguagens culturais e difundindo os bens culturais em todo o Estado. Através dele, centenas de fazedores e fazedoras da cultura realizam ações, eventos e atividades culturais, em várias cidades das macrorregiões pernambucanas.

Assim, apresenta-se a expectativa de responder aos seguintes questionamentos: O rural tem acesso ao FUNCULTURA? A população rural está representada no FUNCULTURA? Para tanto, é essencial compreender o rural considerando as novas ruralidades. Buscou-se confirmar se existe uma sub-representação do rural no FUNCULTURA através de uma análise documental dos projetos aprovados e executados no Edital FUNCULTURA Geral 2013/2014.

O debate em torno da ausência de determinadas populações nos mecanismos de incentivo à cultura tem relevância significativa para a academia, que tem se concentrado a construir indicadores culturais, para o poder público, que poderá, a partir dos dados levantados, criar mecanismos de inclusão para os fazedores de cultura, e que, dessa forma, possam, baseados nos números, pressionar os governos para uma maior inclusão.

2. Rural, Ruralidades e desenvolvimento local/sustentável

O que é o rural? Para Marques (2002) a definição do rural é muito divergente; vai desde a diversidade presente na realidade no espaço e no tempo, até as influências de caráter político-ideológico e os objetivos que visam atender as diversas definições do rural.

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - o rural é tudo que não é urbano, pois trabalha considerando as legislações municipais para definir as áreas urbanas e rurais. As Câmaras Municipais definem os perímetros urbanos, a população que vive dentro deste perímetro é urbana, e a que vive fora dele é rural. O espaço fica assim, à margem do que é urbano, é desse modo que, pela lei, define-se o rural.

De acordo com Marques: “[...] o rural é definido juntamente com o urbano com base em características a partir das quais eles se diferenciam. Os Estados têm sempre estabelecido definições oficiais, classificando os espaços em rural e urbano para fins estatísticos e administrativos. (MARQUES, 2002: p 97).

Ele elenca os principais critérios que são comumente utilizados: 1. Discriminação a partir de um determinado patamar populacional; 2. A predominância da atividade agrícola; 3. Delimitação político-administrativa.

Segundo Graziano e Del Grossi (2000), o espaço rural passou por transformações profundas tanto em relação à modernização agrícola quanto em relação às novas atividades no seu interior por todo o mundo. No Brasil, bem como em outras partes do mundo, cresce a diversificação de atividades agrícolas e não-agrícolas. Assim, não se pode mais associar o meio rural à produção agrícola e pecuária.

Algumas pesquisas realizadas abordando o mundo rural seguem apontando uma transformação desse, que vai se reconfigurando com a inserção de atividades econômicas que não se relacionam apenas com trabalhos agrícolas, essas atividades não agrícolas do meio rural, remuneradas ou não, são denominadas de novas ruralidades.

Dentre as novas ruralidades se encontram as atividades culturais: atividades relacionadas à preservação da cultura local, a difusão de linguagens inseridas nesses espaços, incluindo, também, outras formas de manifestações culturais não desenvolvidas entre a população de determinada região. Assim, entendemos que essas atividades econômicas, ainda que não estejam ligadas à produção agrícola, fazem parte das novas ruralidades.

É considerando o mundo rural, para além das atividades agrícolas, que se busca observar a realidade do Brasil rural de hoje. De acordo com o Censo 2010, realizado pelo IBGE, a população rural brasileira contava 30 milhões de habitantes. Porém, em trabalho realizado por um grupo de pesquisadores coordenados pela Professora Tânia Bacelar da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), através do projeto: Repensando a ruralidade no Brasil, finalizado em 2015, uma nova proposta de classificação, que incluem novas categorias, foi associada à população recenseada em 2010, levando a concluir que o país é muito mais rural do que se pensa: 37% dos brasileiros residem no perímetro rural - cerca de 81 milhões de brasileiros - enquanto a população rural estimada pelo IBGE gira em torno de apenas 16% da população brasileira.

Essas categorias podem permitir novas referências ao entendimento da fronteira entre o rural e urbano, implicando novos desafios para políticas públicas destinadas a atender as novas ruralidades. (BACELAR 2015)

Levando em conta a nova proposta de classificação, deve-se pensar no rural com olhares renovados, considerando que essas novas ruralidades cumprem um papel essencial no desenvolvimento local: observar que o papel da produção cultural desse ambiente exige

reflexão; reivindicar a construção de instrumentos que propiciem o desenvolvimento rural almejado (local/sustentável). Não se pode pensar em mudança social e desenvolvimento sustentável sem refletir profundamente sobre a cultura das populações e sua diversidade em determinada localidade ou território (LIMA e PIRES. 2012).

No próprio conceito de desenvolvimento sustentável encontramos a dimensão cultural inserida, perpassando a identidade construída da população através de suas manifestações culturais: nas crenças, valores, rituais e hábitos.

Lima (2012) afirma que o desafio posto está em dotar as populações rurais dos recursos necessários para que sejam essas as protagonistas centrais da construção desse novo conceito de desenvolvimento. Ou seja, é preciso proporcionar o acesso dessa população aos recursos, assim, desenvolveremos esses territórios a partir de uma construção endógena, que leve em conta seus costumes e modos de vida, valorizando a cultura local.

As produções culturais incentivadas são vetores no processo de desenvolvimento local na medida em que são pensadas, elaboradas e executadas a partir dos valores e saberes da população local, sendo essa a beneficiada. Como afirma Jesus (2003), no processo de desenvolvimento local, quando se constata a utilização de recursos e valores locais, sob o controle de instituições e de pessoas do local, resulta em benefícios para as pessoas e o meio ambiente.

Nesse sentido, o acesso da população aos recursos incentivados pode contribuir efetivamente com o desenvolvimento local sustentável, uma vez que a produção cultural incentivada pelo poder público, em geral, visa a construção de mecanismos de inclusão social e democratização desses recursos.

O desenvolvimento local assume a perspectiva de um desenvolvimento alternativo (JESUS, 2012). Assim, se apresenta como um modelo alicerçado na sustentabilidade, que não são nada mais que um desenvolvimento sustentável voltado para o desenvolvimento de determinados territórios - articulando crescimento econômico com os valores culturais, morais e éticos das populações, aos seus territórios e ambiente.

3. **FUNCULTURA, políticas públicas culturais e o incentivo à produção cultural.**

Entende-se por Políticas Públicas um conjunto de decisões, planos, metas e ações governamentais, nacionais, estaduais ou municipais, voltadas para a resolução de problemas de interesse público que podem ser específicos ou gerais. Em geral, as Políticas Públicas são construídas em parceria com a sociedade civil - organizada e mobilizada em torno de uma agenda - visando melhorar a vida da população.

Para Souza (2008), as Políticas Públicas de fomento e incentivo à cultura tem cada vez mais importância no desenvolvimento social e econômico do Brasil. Ele afirma que a preocupação com uma distribuição de renda mais igual e as diversas tentativas de tornar os recursos destinados ao fomento e incentivo à produção cultural cada vez mais acessível alimenta o debate sobre as Políticas Públicas e sua correta implementação das políticas culturais.

O Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura – FUNCULTURA – foi criado pela Lei nº 12.310, de 19/12/2002, como um mecanismo de natureza financeira e contábil, com prazo indeterminado de duração, com a finalidade de incentivar e estimular a cultura pernambucana, através do apoio financeiro a projetos nas seguintes áreas culturais: Artes Cênicas (teatro, dança, circo, ópera e mímica); Cinema, vídeo e fotografia; Literatura (inclusive obras de referência e cordel); Música; Artes plásticas e gráficas; Cultura popular, folclore e artesanato; Patrimônio cultural material e imaterial; Pesquisa cultural; Artes integradas; Formação e capacitação. O FUNCULTURA é administrado pela Fundação de Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE, através da Superintendência de Gestão do FUNCULTURA, e pela Comissão Deliberativa que é a instância máxima de definições e deliberações relativas ao fundo.

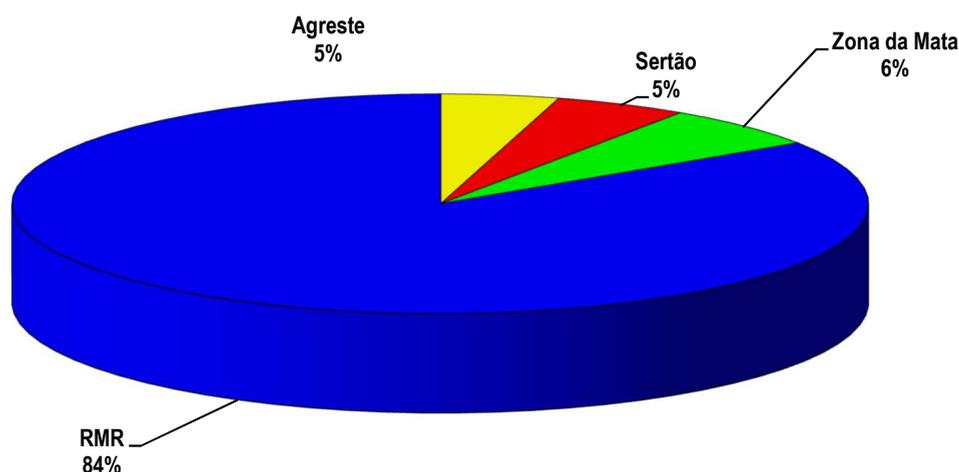
Para participar o produtor/fazedor de cultura deve estar inscrito no Cadastro do Produtor Cultural - CPC, ser natural de Pernambuco ou residir no Estado por no mínimo um ano. Caso projeto seja selecionado o FUNCULTURA faz o repasse do recurso solicitado e acompanha e fiscaliza sua execução.

Hoje, os editais são três: FUNCULTURA Geral, FUNCULTURA Audiovisual e FUNCULTURA da Música. Vale destacar que, no período da pesquisa, o edital da música não havia sido criado. O montante dos recursos somam] 36 milhões de reais, dos quais R\$

16.275.000 são destinados para o Edital FUNCULTURA Geral, cerca de 46,5% do total. Esses recursos são distribuídos entre os projetos aprovados através de desembolso realizado em conta específica para cada projeto. O período de execução de cada projeto é de 1 ano podendo ser renovado por mais um.

O FUNCULTURA tem por objetivo a democratização dos recursos de incentivo à cultura, no entanto, existe uma centralização dos recursos na Região Metropolitana do Recife (RMR).

Gráfico 1 - Demonstrativo da participação de produtores – por Região de Desenvolvimento - de domicílio, na apresentação de projetos culturais 2014/2015



Fonte: Extraído do Relatório Anual da Superintendência do FUNCULTURA.

Essa concentração de recursos, observada a partir dos cadastros de proponentes, dos endereços das equipes principais e da execução dos projetos, na Região Metropolitana do Recife, é um entrave para distribuição democrática dos instrumentos de fomento à cultura.

A questão da concentração dos recursos é um assunto recorrente nas escutas feitas com os segmentos, tanto consumidores quanto produtores, e até mesmo os gestores culturais dos municípios.

Observa-se que o debate feito para descentralizar os recursos do FUNCULTURA tem sido feito em torno da regionalização, vide que o tema foi pautado pela 3ª Conferência Estadual de Cultura, bem como está inserido no plano de governo da atual gestão estadual.

Considerando que a cultura se divide em duas dimensões, opta-se por focar, aqui, no entendimento de Isaura Botelho: é no campo da dimensão sociológica da cultura que podemos dar tratamento aos problemas de maneira organizada, focada e embasada por elementos de análise. A dimensão sociológica [...] compõe um universo que gere (ou interfere em) um circuito organizacional, cuja complexidade faz dela, geralmente, o foco de atenção das políticas culturais. BOTELHO (2001, p 5)

[...]. Nesse espaço, tais políticas podem ter uma ação efetiva, pois, fala-se de **uma dimensão que permite a elaboração de diagnósticos para atacar os problemas de maneira programada, estimar recursos e solucionar carências**, através do estabelecimento de metas em curto, médio e longo prazos. BOTELHO (2001, p. 6)

Segundo Isaura Botelho (2001), a dimensão sociológica se refere ao campo das institucionalidades, o que permite que a produção de sentidos seja intencional e que possibilite a busca de algum tipo de público específico.

É nesta dimensão que se pode atuar para elaborar políticas públicas de cultura mais inclusivas, diagnosticando os problemas para focar em soluções que permitam inserir os ausentes; é nesse campo, ainda, que se pode construir mecanismos de inclusão social para aqueles que estão fora do processo de incentivo à produção cultural.

Para Isaura Botelho, a democracia cultural pressupõe a existência de vários públicos, nesses sentido, compreende-se que a pluralidade da população brasileira não se expressa quando o Mundo Rural não se apresenta.

4. Participação do Rural no FUNCULTURA

Com o objetivo de identificar a participação do rural no FUNCULTURA foram coletados os dados nos projetos executados através do Edital do FUNCULTURA Geral 2013/2014. A escolha desse objeto se deu pelo fato de que quando a pesquisa foi iniciada esse era o edital

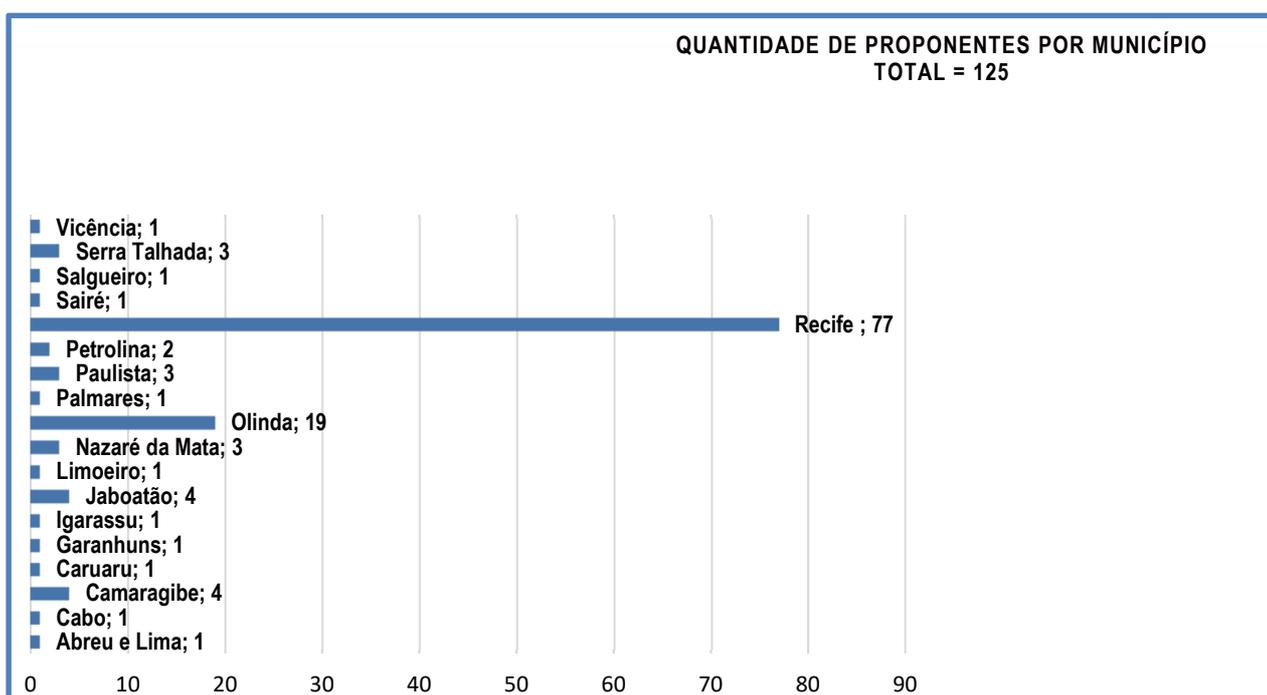
mais recente com maior percentual de execução financeira – com, aproximadamente, 98% das parcelas liquidadas.

Ao todo foram aprovados 295 projetos, das diversas linguagens culturais incluídas no Edital Geral 2013/2014. Dos 295, 125 foram analisados pelo fato de que os outros 170 ainda não haviam solicitado atestado de execução - condição indispensável para um projeto ser considerado executado. Fez-se a opção de delimitar a pesquisa aos projetos já executados; pelo fato de que o proponente pode pleitear a mudança de local de execução durante o processo, o que poderia apresentar dados diferentes da realidade.

Na análise documental dos projetos limitou-se a observar o proponente, a equipe principal, o local de execução e o público alvo, bem como as linhas de ação de cada projeto, pois foi considerado importante identificar se a linha tem, por conceito ou exigência, a inclusão dessas populações. Por exemplo, linhas que obrigam o produtor a executar o projeto com público alvo de populações quilombolas.

Dos 125 projetos, 77 tem como proponentes moradores da cidade do Recife, ou seja, 61,6% dos produtores culturais são da capital; 33 proponentes são das outras cidades da RMR – um total de 26,4%. Portanto, juntando a capital e os outros municípios, obtêm-se 88% dos proponentes concentrados na RMR.

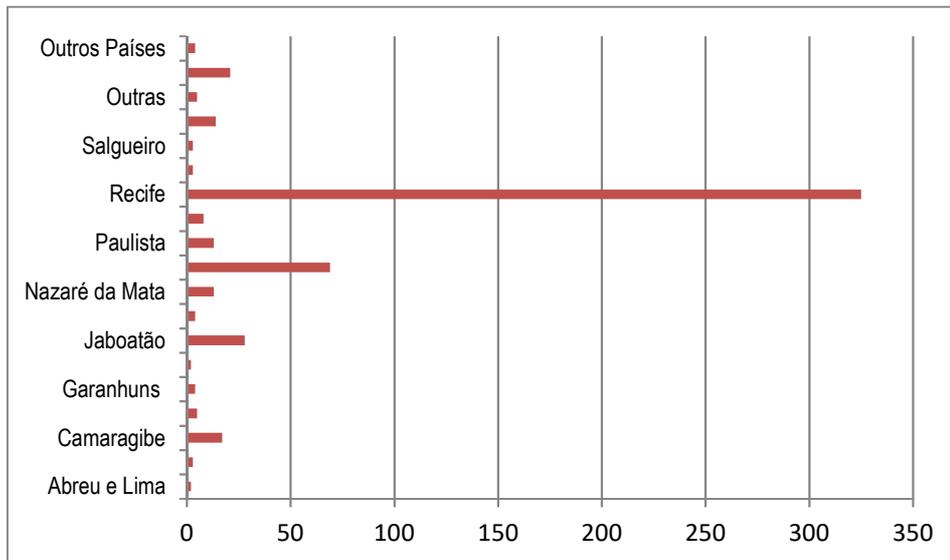
Gráfico 2 – Quantidade de proponente por local de moradia



Fonte: Medeiros, Glauce.

No que se refere às equipes principais dos projetos, Recife também concentra a maioria dos membros das equipes principais, são 325 de um total de 543, ou seja, 60% dos membros das equipes principais estão na capital e somando a outras cidades da região. A RMR fica com 85% dos profissionais que estão nas equipes principais dos projetos.

Gráfico 3 : Local de Moradia da Equipe Principal



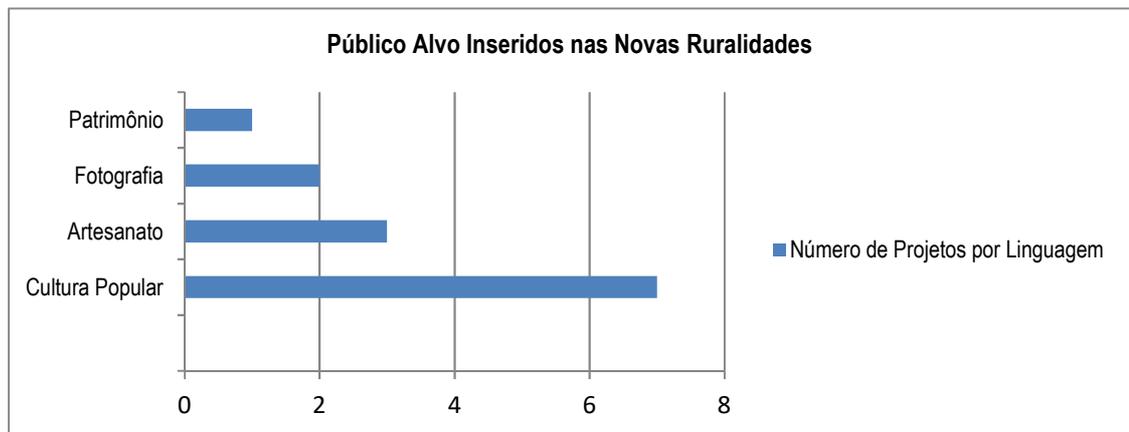
Fonte: Medeiros, Glauce.

Em relação ao local de execução, 33% dos projetos são executados no Recife e 43% são realizados na RMR.

De todos os projetos analisados somente 2 possuíam proponentes moradores de zona rural, mesmo os projetos com proponentes residentes no interior do Estado não são moradores da área rural, mas da área urbana.

Somam 14 os números de projetos executados, em apenas 4 das 13 linguagens culturais atendidas neste edital, que tinham como público alvo populações e comunidades inseridas nas novas ruralidades. Observou-se ainda que, dessas, apenas 5 não escolheram o público por exigência da linha de ação.

Gráfico 4 – Público dos Projetos Executados inseridos nas Novas Ruralidades



Fonte: Medeiros, Glauce.

Vale destacar que foram considerados todos os trabalhos desenvolvidos por moradores de comunidades ou povos tradicionais – quilombolas, indígenas, ribeirinhos, marisqueiros... – ou executados nestes locais, e ainda tendo esta população como público alvo como presença do rural no FUNCULTURA.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pela universalização do acesso aos mecanismos de incentivo cultural é inerente a democratização das políticas públicas de cultura. A ausência de minorias políticas na implementação de uma política pública deve ser enfrentada a partir das elaboração de propostas.

De acordo com os dados encontrados, a participação do Rural no FUNCULTURA é diminuta e reafirma a concentração dos recursos e dos projetos na RMR do Recife, e, conseqüentemente, nas áreas urbanas. É nas linhas de ação onde se tem, obrigatoriamente, como público alvo os povos e as comunidades tradicionais e onde se encontra a participação insipiente da população rural: o que reforça a urgência na elaboração de Políticas Públicas culturais afirmativas para garantirmos a inclusão dos excluídos.

O caminho da regionalização do FUNCULTURA tem se apresentado como um caminho a ser testado. Contudo, deve-se observar que mesmo onde se tem por obrigação execuções por macrorregiões (zona da mata, agreste e sertão), o que os dados indicam é que - mesmo quando

afastados da capital - os projetos concentram-se nas populações urbanas. É preciso refletir sobre a regionalização dos editais embasados por uma análise crítica cuidadosa, pois na mais simples territorialização dos editais o Rural não se insere no FUNCULTURA. Editais distribuídos geograficamente propiciarão uma maior distribuição dos recursos no estado, atendendo a um número maior de municípios. Entretanto, a divisão regional não garante a inclusão negros, quilombolas, rurais, mulheres...

Durante a realização desse trabalho a Secretaria de Cultura e a FUNDARPE estavam trabalhando na reformulação do Sistema de Incentivo à Cultura no intuito de facilitar o acesso dos fazedores de cultura as políticas públicas de incentivo à cultura em Pernambuco, é um passo largo rumo a democratização.

Outra alternativa é estabelecer cotas, contudo ainda existe uma resistência a esse mecanismo - embasada na meritocracia e utilizando o argumento inconsistente da queda na qualidade da produção e dos produtos culturais. Entende-se que a pontuação mínima, a nota de corte, o peso diferenciado nos critérios estabelecidos servem para garantir a qualidade; a resistência à cota serve para manter o status quo da produção cultural independente.

A formação dos produtores culturais também é uma forma de perseguir a democratização dos recursos públicos. O potencial da produção cultural na economia local e consequentemente no desenvolvimento de municípios e regiões deve ser estudado adiante, pois as escolas técnicas, regionalizadas nos últimos anos, poderão ser um nascedouro de produtores culturais e ainda uma incubadora de projetos culturais que expressem a pluralidade do povo pernambucano.

REFERÊNCIAS

- ▶ BACELAR, Tânia. <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/P1-Tania-Bacelar-Versao-Final-da-Proposta-do-projeto.pdf>
- ▶ BOTELHO, Isaura. **Dimensões da Cultura: Políticas Culturais e seus Desafios**. 2016.
- ▶ CALDART, Roseli Salete (org.) **Dicionário da Educação no Campo**, Expressão Popular, 2012. JESUS, Paulo de. **Desenvolvimento Local. A outra economia**. 2003
- ▶ CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade** .Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997. p.283-350
- ▶ CÔRTEZ, Cesar Pessôa. “Novas ruralidades”, “novo rural” ou “urbanidades no rural”? **O município de Sumidouro/RJ como estudo de caso no rural fluminense. 2003.**
- ▶ JESUS, Paulo de. **Sobre desenvolvimento Local e Sustentável: Algumas considerações conceituais e suas implicações em projetos de pesquisa** In: MACIEL FILHO, Adalberto do R.; PEDROSA, Ivo V. (org.). **Gestão do desenvolvimento local sustentável**. Recife: Editora Edufrpe, 2006. Págs. 17-37.
- ▶ Karl Marx Souza. **As Políticas Públicas de Fomento e Incentivo à Cultura no Sertão Pernambucano: O caso dos Pontos de Cultura do Sertão do Pajeú**. Disponível em:
file:///D:/AS%20POLÍTICAS%20DE%20FOMENTO%20E%20INCENTIVO%20A%20CULTURA%20NO%20SERTÃO.pdf
- ▶ LIMA, Irenilda. “**O Brasil agrário e alguns aspectos sobre as novas ruralidades**”. 2000
- ▶ LIMA, Irenilda. **Extensão Rural e o Desenvolvimento Local: uma proposta metodológica para a relação da teoria com a prática**. Irenilda Souza Lima, organizadora – Recife: EDUFRPE, 2012.
- ▶ LIMA, Irenilda de Souza; ROUX, Bernard. **As estratégias de comunicação nas políticas públicas de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar no Brasil**. In: CIMADEVILLA, Gustavo. **Comunicación, Tecnología y desarrollo**. Argentina: Editora da Universidad Nacional de Rio Cuarto, 2008, p. 91-102.
- ▶ PIRES, Alexandre H. B. e LIMA, Irenilda de S. L. **A Abordagem Agroecológica na Extensão Rural: ferramenta Político-Metodológica para Reflexões sobre o Desenvolvimento Local**. In LIMA, Irenilda de S. L, (org.). **Extensão Rural e o Desenvolvimento Local: uma proposta metodológica para a relação da teoria e prática**. Recife, EDUFRPE. 2012. Págs. 13-27.
- ▶ Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Secretaria da Agricultura Familiar – SAF do Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2003**
- ▶ **Secretaria de Cultura de Pernambuco avalia sete anos de gestão**. Disponível em <http://www.cultura.pe.gov.br/canal/secultpe/secretaria-de-cultura-de-pernambuco-avalia-sete-anos-de-gestao-no-estado/> Acesso em 08/06/2016

